



Formação OCC

Alterações ao regime de trabalho independente: Código Contributivo

0418

Suzana Fernandes da Costa  
Conceição Soares  
Carlos Padrão Ribeiro

Formador: Paulo Marques  
[paulomarques@asconta.pt](mailto:paulomarques@asconta.pt)

janeiro 2019



Consultório da Aprendizagem

## "Trabalhadores Independentes: alteração ao regime contributivo em 2019"

### "Guião"

1. Introdução e conceitos chave
2. Cálculo das contribuições em apuramento trimestral
  - 2.1 Declaração trimestral de rendimentos
  - 2.2 Confirmação anual de rendimentos
3. Cálculo das contribuições para TI's em contabilidade organizada
  - 3.1 Opção pelo apuramento trimestral
4. Isenções

*Paulo Marques | 2019.01.20*



# 1.

## CONCEITOS CHAVE



## CONCEITOS CHAVE

### TI vs. ENI

- ☐ TRABALHADORES INDEPENDENTES (TIs) são as pessoas que exerçam atividade profissional por conta própria geradora de rendimentos a que se reportam os artigos 3.º e 4.º do Código do IRS. Ou seja, pessoas com rendimentos empresariais e profissionais de categoria B e pessoas que exerçam atividades comerciais e industriais, agrícolas, silvícolas e pecuárias.
- ☐ Dentro desta definição de trabalhadores independentes, o Código Contributivo da Segurança Social (CRC) inclui **categorias de trabalhadores especialmente abrangidos.**



## CONCEITOS CHAVE

### TI vs. ENI

- ☐ Entre estas, surge a **categoria dos empresários em nome individual** com rendimentos decorrentes do exercício de qualquer atividade comercial ou industrial, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Código do IRS.
- ☐ A categoria especial de trabalhadores independentes designados de EMPRESÁRIOS EM NOME INDIVIDUAL inclui somente os que auferem rendimentos decorrentes do **exercício EXCLUSIVO** de qualquer atividade comercial ou industrial, designadamente as previstas no n.º 1 do artigo 4.º do Código do IRS.



## CONCEITOS CHAVE

### RENDIMENTOS OBTIDOS NO TRIMESTRE

- ☐ São os rendimentos brutos obtidos pelo TI no âmbito da sua categoria B do IRS.
- ☐ São os mesmos rendimentos (antes de aplicação de IVA e da retenção de IRS na fonte, quando aplicáveis) que influenciam os valores anuais a declarar no quando 4 do anexo B à declaração de IRS.
- ☐ São estes valores brutos que se inscrevem na Declaração Trimestral da Segurança Social, com a particularidade de serem indicados os valores obtidos em cada mês do trimestre a declarar.



## CONCEITOS CHAVE

### RENDIMENTO RELEVANTE (em apuramento trimestral)

- ☐ É o rendimento que resulta da aplicação das percentagens previstas no CRC aos rendimentos obtidos no trimestre e comunicados em cada Declaração Trimestral.
- ☐ Assim, o rendimento relevante resulta de:
  - ☐ 70% Prestação de serviços
  - ☐ + 20% Atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas
  - ☐ + 20% Vendas
  - ☐ + 20% Subsídios à exploração
  - ☐ + 0% Produção de energia para autoconsumo e contratos de arrendamento e de alojamento local.



## CONCEITOS CHAVE

### RENDIMENTO RELEVANTE (de TI em CO para IRS)

- ☐ O rendimento relevante do TI abrangido pelo regime de contabilidade organizada, previsto no Código do IRS, corresponde ao valor do lucro tributável apurado no ano civil imediatamente anterior.
- ☐ Em 2018 foi apurado o lucro tributável de 2017 e foi este que foi considerado como rendimento relevante para calcular as contribuições a pagar em 2019.



## CONCEITOS CHAVE

### BASE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA MENSAL (BIC)

- ☐ Rendimento relevante apurado em cada trimestre / 3 meses.
- ☐ Com mínimo que implique pagar 20 € de SS e com máximo de 12 X IAS.
- ☐ É determinada em janeiro, abril, julho e outubro.

### BIC MENSAL de TI em CO para IRS

- ☐ Lucro tributável / 12 meses.
- ☐ Com limite mínimo de 1,5 X IAS e com máximo de 12 X IAS.
- ☐ É fixada em outubro para produzir efeitos no ano civil seguinte.



## CONCEITOS CHAVE

### VALOR DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL PREVISTO

- ☐ BIC x taxa aplicável ao TI

### IAS – Indexante dos Apoios Sociais

- ☐ Em 2019 tem o valor mensal de **435,76 €**

### 4 VEZES O VALOR DO IAS

- ☐  $435,76 € \times 4 = \mathbf{1.743,04 €}$



## CONCEITOS CHAVE

### TAXAS

As taxas contributivas a incidir sobre a Base de Incidência Contributiva serão:

Tipo de atividade	Taxa Contributiva
Trabalhadores independentes e respetivos cônjuges Trabalhadores independentes <b>que sejam produtores agrícolas</b> e respetivos cônjuges	21,4%
Empresários em nome individual e dos titulares de estabelecimento individual de responsabilidade limitada, e respetivos cônjuges	25,2 %



## CONCEITOS CHAVE

### TAXAS



Contribuintes <sup>186</sup>	2018	2019	CRC
Trabalhadores independentes	29,6%	21,4%	Art. 168º n.º 1
ENI's e titulares de EIRL e respetivos cônjuges	34,75%	25,2%	Art. 168º n.º 4
Produtores agrícolas e respetivos cônjuges	28,3%	21,4% <sup>1</sup>	Revogada



## CONCEITOS CHAVE

A usar nos TIs  
que acumulam  
com TCO

### Rendimento Relevante Mensal Médio APURADO TRIMESTRALMENTE

- ☐ Rendimento relevante calculado em apuramento trimestral, como atrás explicado, a partir dos rendimentos obtidos no trimestre / 3 meses.

### Rendimento Relevante Mensal Médio APURADO ANUALMENTE

- ☐ Rendimento relevante dos TI em regime de contabilidade organizada para efeitos de IRS / 12 meses.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ Dever de pagamento das contribuições



- O pagamento voluntário das contribuições deve ser feito a partir da produção de efeitos do enquadramento ou da cessação da isenção da obrigação de contribuir, **entre o dia 10 e o dia 20** do mês seguinte àquele a que respeita.
- **Incumprimento:** constitui contraordenação leve quando seja cumprida nos 30 dias subsequentes ao termo do prazo e constitui contraordenação grave nas demais situações.





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ Dever de pagamento das contribuições

- Quando, no decurso do mesmo mês, se verificar, sucessivamente, o exercício de atividade independente e situação determinante do registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições, a obrigação de contribuir reporta-se ao número de dias em que não haja lugar ao registo de remunerações por equivalência (o valor diário das contribuições é igual a 1/30 do seu valor mensal).



## Alterações ao regime de trabalho independente: Código Contributivo

# RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

- ❑ A **obrigação contributiva** dos TI's constitui-se com o início dos efeitos do enquadramento (facto constitutivo) e efetiva-se com o pagamento de contribuições, sendo estes trabalhadores, no que se refere à qualidade de contribuintes, equiparados às entidades empregadoras.
- ❑ A obrigação contributiva dos trabalhadores independentes tem uma dupla perspetiva, pois compreende:
  - ❑ o pagamento de contribuições
  - ❑ a declaração dos valores correspondentes à atividade exercida.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### 2. Cálculo das contribuições em apuramento trimestral

## **TI tributado em IRS pelo regime simplificado**



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL:**

- ☐ Art. **151º-A** do CRC (aditado pelo DL n.º 2/2018, de 9/1)
- ☐ Art. **57º-B** do D. Reg. n.º 1-A/2011 de 3/1 (aditado pelo D. Reg. n.º 6/2018 de 2/7)

Os TI's, quando sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva são obrigados a declarar trimestralmente:

- ✓ O valor total dos rendimentos associados à produção e venda de bens;
- ✓ O valor total dos rendimentos associados à prestação de serviços.
- ✓ Outros rendimentos necessários ao apuramento do rendimento relevante dos trabalhadores independentes.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL:**

#### • **PRAZO:**

- Deve ser **enviada até ao último dia dos meses de **abril**, **julho**, **outubro** e **janeiro****, relativamente aos rendimentos obtidos nos três meses imediatamente anteriores (*que servirão de base ao apuramento do rendimento relevante*).
- Quando o prazo para entrega da declaração termine ao sábado, domingo ou dia feriado, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL:**

- **FORMA:** o envio é feito eletronicamente no sítio da Internet da Segurança Social e consideram-se entregues as declarações na data em que são submetidas com sucesso no sistema de informação da Segurança Social.
- **SUBSTITUIÇÃO:** os dados podem ser substituídos durante o próprio mês da declaração (sendo considerada a última declaração efetuada) ou, ainda, até ao 15.º dia posterior ao termo do prazo.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL:**

- Com a suspensão ou cessação da atividade, o TI deve efetuar a declaração trimestral **no momento declarativo imediatamente posterior**.
- **Nota:** quando o RR de trabalho independente ultrapasse o limite previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 157.º do CRC (€ 1.743,04), o trabalhador deve declarar a totalidade dos rendimentos obtidos na declaração trimestral imediatamente posterior à data em que deixaram de se verificar as condições para a isenção. (n.º 1 do art.º 59.º do DR)



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL:**

- ✓ A declaração trimestral a efetuar em **janeiro de 2019**, nos termos do art. 151.º-A do CRC, tem por referência os rendimentos auferidos no trimestre imediatamente anterior.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL:**

- **NÃO SE APLICA** ao
  - TI cujo RR seja apurado com base no lucro tributável
  - A não ser que este opte pelo apuramento trimestral



# RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



## ❑ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

[Conta-corrente](#) [Família](#) [Emprego](#) [Doença](#) [Ação Social](#) [Pensões](#)

### Destaques

#### Trabalhadores independentes

Faça o registo da sua declaração trimestral.

[Registar declaração](#)

#### Simule a sua pensão

Estamos a trabalhar para incluir no simulador o novo regime de flexibilização da idade de pensão de velhice.

[Simular pensão](#)

### Serviços

#### Conta-corrente

Pagamentos e recebimentos e emissão de Documentos de pagamento. Situação contributiva. Entidades contratantes. Dívidas em execução fiscal

#### Família

Abono de família e prova de situação escolar. Outras prestações familiares. Subsídios de maternidade, paternidade e adoção

#### Emprego

Trabalhadores e remunerações. Trabalhadores Independentes. Membros dos Órgãos Estatutários. Subsídio de desemprego



# RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



## ❑ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

[Conta-corrente](#) [Família](#) [Emprego](#) [Doença](#) [Ação Social](#) [Pensões](#)

Emprego > Trabalhadores independentes

### Declaração Trimestral

#### Registar Declaração Trimestral

Registar a declaração trimestral com os rendimentos relativos à sua atividade

#### Consultar Declaração Trimestral

Registar, consultar ou substituir as declarações trimestrais relativas aos rendimentos da sua atividade

#### Rendimento Relevante Cônjuge

Consultar e alterar o rendimento relevante que será utilizado no apuramento da base de incidência contributiva



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL**

Emprego > Trabalhadores independentes > Declaração Trimestral

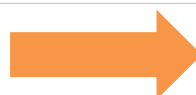
## Declaração Trimestral

- Na declaração trimestral deverão ser indicados os rendimentos relativos à sua atividade enquanto trabalhador independente.
- Os rendimentos declarados servirão para o cálculo dos valores de contribuição mensal previstos dos próximos três meses.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Tem rendimentos a declarar respeitantes ao 4º trimestre de 2018?

☒ **Sim** (tive rendimentos no trimestre)

☐ **Não** (não tive rendimentos no trimestre)



Próximo passo



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL**

## Declaração Trimestral

- Declare os rendimentos obtidos no trimestre.
- Serão apresentados os últimos rendimentos indicados para o trimestre em causa, caso existam.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Preencha os rendimentos obtidos

Prestação de serviços

+

Prestação de serviços de atividades hoteleiras e similares

+

Vendas

+

Subsídios à exploração

+

Produção de energia para autoconsumo e contratos de arrendamento e de alojamento local

+



Total do trimestre:





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

Preencha os rendimentos obtidos

Prestação de serviços	outubro	novembro	dezembro
Prestação de serviços ⓘ	2.300,00 €	2.000,00 €	2.600,00 €
Rendimentos obtidos no estrangeiro ⓘ	€	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços de atividades hoteleiras e similares			
Vendas			
Subsídios à exploração			
Produção de energia para autoconsumo e contratos de arrendamento e de alojamento local			
<b>Total do trimestre:</b>	<b>6.900,00 €</b>		

[Passo anterior](#) [Limpar rendimentos](#) [Próximo passo](#)

29



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

	outubro
Prestação de serviços ⓘ	0,00 €
Rendimentos obtidos no estrangeiro ⓘ	
Prestação de serviços de atividades hoteleiras e similares	
Vendas	
Subsídios à exploração	
Produção de energia para autoconsumo e contratos de arrendamento e de alojamento local	

**Explicação do campo "Rendimentos obtidos no estrangeiro":**  
Rendimentos obtidos dos serviços ou trabalhos contratados por terceiros em território nacional. Não deve incluir neste campo rendimentos de propriedade intelectual, mais valias e subsídios ou subvenções.

Prestação de serviços ⓘ	0,00 €
Rendimentos obtidos no estrangeiro ⓘ	0,00 €
Prestação de serviços de atividades hoteleiras e similares	
Vendas	
Subsídios à exploração	
Produção de energia para autoconsumo e contratos de arrendamento e de alojamento local	





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO RELEVANTE (RR)

- O RR do TI é determinado com base nos **rendimentos obtidos nos três meses imediatamente anteriores** ao mês da **declaração trimestral**, nos seguintes termos:
  - ✓ **70%** do valor total de prestação de serviços,
  - ✓ **20%** dos rendimentos associados à produção e venda de bens,
  - ✓ **20%** dos rendimentos serviços no âmbito de atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas
  - ✓ **20%** dos rendimentos de subsídios à exploração



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO RELEVANTE (RR)

- **Não são considerados no apuramento do RR dos TI's os seguintes rendimentos:**
  - Os obtidos com a produção de eletricidade para autoconsumo ou através de unidades de pequena produção a partir de energias renováveis;
  - Os obtidos em resultado da celebração de contratos de arrendamento e de arrendamento urbano para alojamento local em moradia ou apartamento;
  - As subvenções ou subsídios ao investimento (\*);
  - Os provenientes de mais-valias (\*);
  - Os rendimentos provenientes de propriedade intelectual ou industrial (\*).

(\*) estes rendimentos, por opção do trabalhador independente, podem ser considerados como rendimentos da atividade que lhes deu origem.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

Emprego > Trabalhadores independentes > Declaração Trimestral

### Declaração Trimestral



Aqui refere-se  
a subsídios  
ao investimento

- Os rendimentos relativos a subsídios, mais valias e/ou propriedade intelectual ou industrial não são considerados no apuramento do rendimento relevante.
- Caso pretenda que os mesmos sejam considerados, deverá indicá-los.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Pretende que sejam considerados os subsídios, mais valias e/ou propriedade intelectual ou industrial?



**Sim** (pretendo que sejam considerados os rendimentos relativos a subsídios, mais valias e/ou propriedade intelectual ou industrial)



**Não** (não pretendo que sejam considerados os rendimentos relativos a subsídios, mais valias e/ou propriedade intelectual ou industrial)

Passo anterior

Próximo passo



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL



- Declare os subsídios, mais valias e/ou propriedade intelectual ou industrial **obtidos em cada atividade no trimestre.**
- Serão apresentados os últimos rendimentos indicados para o trimestre em causa, caso existam.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Preencha os subsídios, mais valias e/ou propriedade intelectual ou industrial

Se pretende  
declarar estes  
rendimentos

#### Prestação de serviços

	outubro	novembro	dezembro
Propriedade intelectual ou industrial ⓘ	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Mais-valias ⓘ	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios ou subvenções ⓘ	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Prestação de serviços de atividades hoteleiras e similares



Vendas





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

- No âmbito desta matéria há a destacar a eliminação total dos escalões até aqui existentes, propondo-se uma solução compatível com a declaração trimestral de rendimentos, também ela com efeitos após 01/01/2019.
- ✓ No **apuramento de RR trimestral**, a BIC mensal corresponde a 1/3 do RR apurado em cada período declarativo, produzindo efeitos no próprio mês e nos dois meses seguintes.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

- ✓ Quando se verifique a inexistência de rendimentos ou o valor das contribuições devidas por força do RR apurado seja inferior a € 20,00, é fixada a BIC que corresponda ao montante de contribuições naquele valor.
  - **93,45 €** x 21,4% = 20 € ➤➤➤ BIC mínima de um **TI**
  - **79,37 €** x 25,2% = 20 € ➤➤➤ BIC mínima de um **ENI**
  - Aplica-se também no início (após isenção) e reinício de atividade e até ser feita a primeira declaração trimestral



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

- ✓ No momento da **declaração trimestral**, o TI tem **direito de opção**
- ✓ pela **fixação de um rendimento superior ou inferior até 25%** àquele que resultar dos valores declarados na sua obrigação declarativa (*ou declaração trimestral*), sempre em intervalos de 5%.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ❑ **OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL**

- Aqui pode consultar o valor de contribuição mensal previsto para os próximos 3 meses, apurado com base nos rendimentos declarados.
- Caso pretenda contribuir por um valor superior ou inferior, pode escolher a percentagem de variação a aplicar sobre o seu rendimento relevante apurado na declaração.
- Para mais informações sobre os cálculos deste valor, deverá consultar os detalhes do cálculo e informações adicionais.
- Verifique mensalmente qual o valor a pagar.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Valor de contribuição mensal previsto ⓘ

344,54 €

Escolher percentagem de variação +

ⓘ [Detalhes do cálculo e informações adicionais](#)

[Passo anterior](#)

[Entregar declaração](#)



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

Valor de contribuição mensal previsto ⓘ

378,99 €

#### Escolher percentagem de variação

Para contribuir por um valor superior ou inferior, escolha a percentagem de variação a aplicar sobre o seu rendimento declarado, sujeito aos limites mínimo (valor de rendimento correspondente à contribuição mensal de 20 €) e máximo (valor correspondente a 12 x IAS).

Variação a aplicar

10 %

-25 %

25 %

[Detalhes do cálculo e informações adicionais](#)

[Passo anterior](#)

[Entregar declaração](#)



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

- Detalhes do cálculo do valor de contribuição mensal previsto.

#### Total rendimentos declarados

Prestação de serviços: 6.900,00 €

TOTAL DO TRIMESTRE: 6.900,00 €

#### Valores apurados

Rendimento relevante  
4.830,00 €

Rendimento relevante c/ variação  
(10% variação) 5.313,00 €

Base incidência contributiva mensal (BIC)  
1.771,00 €

Taxa  
21,4%

Valor de contribuição mensal previsto ⓘ  
378,99 €

#### Informações de cálculo

**Rendimento relevante** = 70% Prestação de serviços + 20% Atividades hoteleiras + 20% Vendas + 20% Subsídios à exploração + 0% Produção de energia para autoconsumo e contratos de arrendamento e de alojamento local

**Rendimento relevante c/ variação** = Rendimento relevante + (Rendimento relevante x Variação escolhida)

**Base incidência contributiva mensal (BIC)** = Rendimento relevante / 3 meses

**Taxa:** Trabalhadores independentes (21,4%) | Empresários em nome individual (25,2%)

**Valor de contribuição mensal previsto** = Base incidência contributiva mensal (BIC) x Taxa





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ❑ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

TI no regime simplificado de tributação para efeitos de IRS

		IAS		435,76 €		+ 25%	430,68 €
						+ 20%	413,45 €
						+ 15%	396,22 €
						+ 10%	378,99 €
						+ 5%	361,77 €
	Rendimento do trimestre	Rendimento Relevante		Base de incidência contributiva (1/3) *	Contribuição **	- 5%	327,31 €
					21,40%	- 10%	310,09 €
Serviços prestados	6 900,00 €	70%	4 830,00 €	1 610,00 €	344,54 €	- 15%	292,86 €
Vendas de bens	- €	20%	- €			- 20%	275,63 €
Serviços de atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas	- €	20%	- €			- 25%	258,41 €
		Total	4 830,00 €	* Com variação do RR	** Com mínimo de 20 € / mês.		

Todo este processo de cálculo e fixação das contribuições a pagar para cada novo trimestre estará disponível de forma simples na entrega da declaração trimestral de rendimentos. Fixado o valor a pagar, será possível obter mensalmente a guia de pagamento. Mas os TI's poderão também continuar a pagar a segurança social por uma das opções atuais.

Paulo Marques, janeiro de 2019

41



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

✓ A BIC considerada em cada mês tem como **limite máximo** 12 vezes o valor do IAS (€ 5.229,12).

▪ Em qualquer das situações!



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

TI no regime simplificado de tributação para efeitos de IRS

IAS	435,76 €
-----	----------

+ 25%	1 119,03 €
+ 20%	1 119,03 €
+ 15%	1 119,03 €
+ 10%	1 119,03 €
+ 5%	1 119,03 €

	Rendimento do trimestre		Rendimento Relevante	Base de incidência contributiva (1/3) *	Contribuição ** 21,40%
Serviços prestados	22 410,51 €	70%	15 687,36 €	5 229,12 €	1 119,03 €
Vendas de bens	- €	20%	- €		
Serviços de atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas	- €	20%	- €		
		Total	15 687,36 €		

BIC máxima de 12 IAS

- 5%	1 063,08 €
- 10%	1 007,13 €
- 15%	951,18 €
- 20%	895,23 €
- 25%	839,27 €

Todo este processo de cálculo e fixação das contribuições a pagar para cada novo trimestre estará disponível de forma simples na entrega da declaração trimestral de rendimentos. Fixado o valor a pagar, será possível obter mensalmente a guia de pagamento. Mas os TI's poderão também continuar a pagar a segurança social por uma das opções atuais.

Paulo Marques, janeiro de 2019

43



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

- Detalhes do cálculo do valor de contribuição mensal previsto.

Total rendimentos declarados			
Prestação de serviços:		22.410,51 €	
TOTAL DO TRIMESTRE:		22.410,51 €	
Valores apurados			
Rendimento relevante	Rendimento relevante c/ variação (25% variação)	Base incidência contributiva mensal (BIC)	Taxa
15.687,36 €	19.609,20 €	5.229,12 €	21,4%
Valor de contribuição mensal previsto ⓘ			
1.119,03 €			

$$19.609,20 \text{ €} / 3 = 6.536,40 \text{ €}$$





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

TI no regime simplificado de tributação para efeitos de IRS

IAS	435,76 €
-----	----------

	Rendimento do trimestre	Rendimento Relevante		Base de incidência contributiva (1/3) *	Contribuição ** 21,40%
Serviços prestados	40 000,00 €	70%	28 000,00 €	5 229,12 €	1 119,03 €
Vendas de bens	- €	20%	- €		
Serviços de atividades hoteleiras e similares, restauração e bebidas	- €	20%	- €		
		Total	28 000,00 €	* Com máximo de 12 vezes o valor do IAS.	** Com mínimo de 20 € / mês.

Todo este processo de cálculo e fixação das contribuições a pagar para cada novo trimestre estará disponível de forma simples na entrega da declaração trimestral de rendimentos. Fixado o valor a pagar, será possível obter mensalmente a guia de pagamento. Mas os TI's poderão também continuar a pagar a segurança social por uma das opções atuais.

Paulo Marques, janeiro de 2019

+ 25%	1 119,03 €
+ 20%	1 119,03 €
+ 15%	1 119,03 €
+ 10%	1 119,03 €
+ 5%	1 119,03 €
- 5%	1 119,03 €
- 10%	1 119,03 €
- 15%	1 119,03 €
- 20%	1 119,03 €
- 25%	1 119,03 €

45



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL

- Detalhes do cálculo do valor de contribuição mensal previsto.

#### Total rendimentos declarados

Prestação de serviços: 40.000,00 €

TOTAL DO TRIMESTRE: 40.000,00 €

#### Valores apurados

Rendimento relevante	Rendimento relevante c/ variação	Base incidência contributiva mensal (BIC)	Taxa
28.000,00 €	(-25% variação) 21.000,00 €	5.229,12 €	21,4%
Valor de contribuição mensal previsto ⓘ			
1.119,03 €			

21.000 € / 3 = 7.000 €



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ CONFIRMAÇÃO/DECLARAÇÃO DO VALOR DO ANO CIVIL ANTERIOR

- ✓ Enquadra-se na obrigação da declaração trimestral constituindo, assim, **MAIS** um dever declarativo.

### ✓ A CUMPRIR NA DECLARAÇÃO TRIMESTRAL DE JANEIRO N<sup>+1</sup>

- ✓ O art.º 151.º-A determina no n.º 5 que, “*independentemente da sujeição ao cumprimento de obrigação contributiva, no mês de janeiro, os trabalhadores independentes devem confirmar ou declarar os valores dos rendimentos previstos nos n.ºs 1 e 2 relativos ao ano civil anterior*”.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ CONFIRMAÇÃO/DECLARAÇÃO DO VALOR DO ANO CIVIL ANTERIOR

#### • NÃO SE APLICA ao:

- TI que seja simultaneamente pensionista de invalidez ou de velhice de regimes de proteção social, nacionais ou estrangeiros, e a atividade profissional seja legalmente cumulável com as respetivas pensões.
- TI que seja simultaneamente titular de pensão resultante da verificação de risco profissional que sofra de incapacidade para o trabalho igual ou superior a 70%.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ CONFIRMAÇÃO/DECLARAÇÃO DO VALOR DO ANO CIVIL ANTERIOR

- **APENAS SE APLICA ao:**

- Ao TI que tenha estado obrigado a proceder à entrega de **pelo menos uma declaração** trimestral relativa a rendimentos obtidos no ano civil anterior.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

- **REVISÃO ANUAL** das declarações relativas ao ano anterior pelos serviços da Segurança Social, com base na comunicação de rendimentos, notificando-se o TI das diferenças apuradas.



- ❖ O valor da diferença decorrente da **revisão anual** da BIC determina o apuramento de obrigação contributiva **no mês de janeiro do ano seguinte** àquele a que os rendimentos dizem respeito e é considerado proporcionalmente na carreira contributiva do trabalhador relativamente à totalidade do ano a que respeitam



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

#### • REVISÃO ANUAL

- ❖ Apenas releva para efeitos de BIC o montante que exceda o valor mínimo a fixar anualmente por despacho do membro do Governo responsável pela área da Segurança Social.

#### ❖ **Despacho n.º 599/2019 de 11 de janeiro**

O valor mínimo de base de incidência a que se refere o artigo 62.º-A do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, é de **20 €**



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

#### • REVISÃO ANUAL

- ❖ Posteriormente, o TI é notificado do valor de RR resultante da revisão anual, designadamente para efeitos de audiência dos interessados.
- ❖ Quando se dá a revisão anual dos valores declarados, o pagamento de contribuições resultante dessa revisão é considerado, para todos os efeitos, como efetuado fora do prazo.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ OBRIGAÇÃO DECLARATIVA TRIMESTRAL:

- **Incumprimento:**
- Falta de entrega da declaração trimestral
- (violação do disposto no art.º 151º-A do CRC)
- constitui contraordenação leve (trata-se de um novo tipo legal de contraordenação).



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### 3. TI's em contabilidade organizada

**TI tributado em IRS**  
**pelo regime**  
**de contabilidade organizada**



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ DETERMINAÇÃO DO RENDIMENTO RELEVANTE (RR)

- O RR do TI com **contabilidade organizada**, corresponde ao valor do lucro tributável apurado no ano civil imediatamente anterior.
- O rendimento é apurado pela instituição de Segurança Social competente com base nos valores declarados pelo TI à SS, bem como nos valores declarados para efeitos fiscais, já que **a AT comunica oficiosamente à instituição de Segurança Social competente, por via eletrónica, os rendimentos dos TI's declarados.**



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

- ✓ Sempre que o **RR seja apurado no regime de contabilidade organizada** a BIC mensal corresponde ao duodécimo do lucro tributável, com o limite mínimo de 1,5 vezes o valor do IAS (**€ 653,64**), sendo fixada em **outubro** para produzir efeitos no ano civil seguinte.





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ❑ Notificação da BIC a TI's em regime de CO

#### Assunto: Contabilidade Organizada - Rendimento Relevante / Opção pela Declaração Trimestral

Segurança Social Direta - 2018-11-01 00:01

Informamos que, para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, foi apurada a base de incidência contributiva no valor de 4.021,38€, a qual corresponde ao duodécimo do lucro tributável declarado para efeitos fiscais no ano de 2018 e tem como limite mínimo 1,5 vezes o valor do IAS e como limite máximo 12 vezes este Indexante.

N.º 3 do artigo 162.º e  
n.º 3 do artigo 163.º  
do CRC

O valor do lucro tributável, declarado à Autoridade Tributária e Aduaneira no âmbito do Anexo SS foi de 48.256,56€.

#### Opção por apuramento trimestral do rendimento relevante

Informamos ainda que, no período de 1 a 30 de novembro de 2018, pode optar pelo regime de apuramento trimestral do rendimento relevante, ficando sujeito à obrigação declarativa trimestral a partir de janeiro de 2019.

N.º 2 do artigo 5.º do  
Decreto-lei n.º 2/2018,  
de 9 de janeiro e artigo  
164.º do CRC

Para exercer o seu direito de opção aceda [aqui](#).



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ❑ Notificação da BIC a TI's em regime de CO

#### Assunto: Notificação da base de incidência contributiva

Segurança Social Direta - 2019-01-01 04:46

Informamos que a base de incidência contributiva que lhe vai ser aplicada, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, corresponde ao duodécimo do lucro tributável, declarado para efeitos fiscais no ano civil imediatamente anterior, com o limite mínimo de 1,5 vezes o valor do IAS e máximo de 12 vezes o valor do IAS.

Assim, para cumprimento da obrigação contributiva, foram-lhe fixados os seguintes elementos:

- Lucro tributável: 3.676,54 euros;
- Base de incidência contributiva: 653,64 euros;
- Taxa contributiva: 25,20%;
- Contribuição prevista a pagar mensalmente: 164,72 euros.

$$• 3.676,64 \text{ €} / 12 = 306,21 \text{ €}$$

• Sendo o resultado entre 1,5 IAS  
e 12 IAS, a BIC será o valor apurado





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ❑ Notificação da BIC a TI's em regime de CO

- **Direito de opção (contabilidade organizada)**

#### Informação

Para os TI de contabilidade organizada, a base de incidência contributiva (BIC) corresponde ao duodécimo do lucro tributável apurado (declarado no Anexo SS), no ano civil imediatamente anterior. Tem como limite mínimo 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS) e como limite máximo 12 vezes o valor do IAS.

Se não tiver sido apurado lucro ou prejuízo, é apresentada a frase indicativa "Não foi apurado lucro tributável" e a base de incidência contributiva corresponde ao mínimo - 1,5 vezes o valor do IAS.

A contribuição mensal é calculada através da aplicação da taxa contributiva ao valor da BIC (sujeita aos limites mínimo e máximo).

O valor do IAS pode ser atualizado anualmente, pelo que o valor mínimo e máximo da BIC variam de acordo com essa atualização.

Se optar pelo regime de declaração trimestral, fica obrigado a declarar trimestralmente os seus rendimentos, através do registo da declaração trimestral. A BIC irá corresponder a 1/3 do valor do rendimento relevante apurado a partir dos rendimentos indicados na declaração trimestral.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ Início ou reinício de atividade em CO

#### Artigo 57.º-D

##### Contabilidade organizada

1 — Nas situações de início ou reinício de atividade, a determinação do rendimento relevante nos termos do n.º 3 do artigo 162.º do Código é aplicável apenas após o conhecimento, pelos serviços competentes da segurança social, da correspondente declaração de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, comunicada pela entidade tributária competente.

2 — Até ao momento do conhecimento previsto no número anterior, o rendimento relevante é apurado nos termos do n.º 1 do artigo 162.º do Código.

- Se TI reiniciar atividade em abril de 2019, terá o RR apurado com base nos rendimentos trimestrais até dezembro de 2020
- Só a partir de janeiro de 2021 começará a pagar SS com base no lucro de 2019



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ Direito de opção (contabilidade organizada)

- Em outubro de 2018, os TI's abrangidos pelo regime de **contabilidade organizada** FORAM notificados da BIC apurada com base no lucro tributável declarado para efeitos fiscais no ano de 2018 [ obtido em 2017 ], para exercício do direito de opção previsto no art. 164.º do CRC
- São notificado em outubro de cada ano



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ Direito de opção (contabilidade organizada)

- Notificado da BIC que lhe é aplicável, o TI pode **requerer**, no prazo que for fixado na respetiva notificação, **que lhe seja aplicado o regime de apuramento trimestral do RR**, ficando sujeito à obrigação declarativa trimestral **a partir de janeiro** do ano seguinte



# RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

## ☐ Direito de opção (contabilidade organizada)



[Conta-corrente](#) [Família](#) [Emprego](#) [Doença](#) [Ação Social](#) [Pensões](#)

Emprego > Trabalhadores independentes > Contabilidade organizada

## Opção pelo regime de declaração trimestral

Caso tenha sido informado da possibilidade de optar pelo regime de declaração trimestral, poderá exercer a sua opção através da ação Alterar regime para declaração trimestral.

Tem disponíveis as opções de regime efetuadas em cada ano.

O regime alterado irá produzir efeitos a partir de 1 de janeiro do ano seguinte.

Pode alterar o seu regime até 30/11/2018.

Lucro tributável do ano anterior  
48.256,56 €

Regime a aplicar em 2019  
Contabilidade Organizada

[Alterar regime para declaração trimestral](#)



# RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

## ☐ Direito de opção (contabilidade organizada)



Emprego > Trabalhadores independentes > Contabilidade organizada

## Alterar Regime para 2019

Com base no valor do Lucro Tributável declarado no Anexo da Segurança Social (Anexo SS), foi apurado o valor da base de incidência contributiva.

Se a partir do início do próximo ano, quiser passar a contribuir de acordo com o regime de declaração trimestral dos seus rendimentos, poderá fazê-lo confirmando a mudança de regime.

Optando pelo regime de declaração trimestral dos seus rendimentos, a sua contribuição será apurada tendo como base os rendimentos por si declarados a cada trimestre.

### Valores apurados em 2018

Lucro Tributável do ano anterior  
48.256,56 €

Base de incidência contributiva  
4.021,38 €

Informação

### Novo regime de contribuição

Pretende optar pelo regime de declaração trimestral?

[Confirmar](#)

[Cancelar](#)



# Anexo SS

## (Modelo 3 de IRS)



### ☐ DECLARAÇÃO ANUAL DA ATIVIDADE

- ☐ Art. 152º do CRC (alterado pelo DL n.º 2/2018, de 9/1)
- ☐ Art. 58º do D. Reg. n.º 1-A/2011 de 3/1 (alterado pelo D. Reg. n.º 6/2018 de 2/7)

- ✓ Os TI's sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva são obrigados a apresentar por referência **ao ano civil anterior**:



- O valor total das vendas realizadas;
- O valor total da prestação de serviços a pessoas singulares que não tenham atividade empresarial;



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ DECLARAÇÃO ANUAL DA ATIVIDADE

- ☐ Art. 152º do CRC (alterado pelo DL n.º 2/2018, de 9/1)
- ☐ Art. 58º do D. Reg. n.º 1-A/2011 de 3/1 (alterado pelo D. Reg. n.º 6/2018 de 2/7)

- ✓ Os TI's sujeitos ao cumprimento da obrigação contributiva são obrigados a apresentar por referência **ao ano civil anterior**:



- O valor total da prestação de serviços por pessoa coletiva e por pessoa singular com atividade empresarial (incluindo o NISS, o NIF e o valor total dos serviços prestados no ano civil anterior);
- Os valores necessários ao apuramento do RR que não possam ser obtidos por interconexão de dados com a AT (ou que não possam ser obtidos oficiosamente).



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ DECLARAÇÃO ANUAL DA ATIVIDADE

- **Forma:** a declaração é feita por preenchimento do anexo SS ao modelo 3 da declaração de IRS.
- **Prazo:** dentro do prazo legal para a entrega da declaração fiscal, o qual é remetido aos serviços da segurança social pela entidade tributária competente.
- **Incumprimento:** constitui contraordenação leve.



4.

# Isenções



### ☐ ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

☐ Art. 157º do CRC (alterado pelo DL n.º 2/2018, de 9/1)

☐ Art. 59º do D. Reg. n.º 1-A/2011 de 3/1 (alterado pelo D. Reg. n.º 6/2018 de 2/7)

Com efeitos a partir de 01/01/2019, os TI's estão isentos da obrigação de contribuir:

PS trimestral  
de 7.470,17 €  
Vendas de  
26.145,60 €

A. Relativamente ao **RR mensal médio** apurado trimestralmente **ou ANUALMENTE** [ OE 2019 ] de montante **inferior a 4 vezes o valor do IAS (€ 1.743,04)**, quando **acumulem atividade independente com atividade profissional por conta de outrem**, desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

A. ... se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- O exercício da atividade independente e a outra atividade sejam prestados a **entidades empregadoras distintas** e que não tenham entre si uma relação de domínio ou de grupo;
- O exercício de atividade por conta de outrem determine o **enquadramento obrigatório noutro regime de proteção social** que cubra a totalidade das eventualidades abrangidas pelo regime dos trabalhadores independentes;
- O valor da **remuneração mensal média considerada para o outro regime** de proteção social seja igual ou superior a 1 vez o valor do IAS - **435,76 €**.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

#### VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES

- Nos casos de enquadramento no regime geral, oficiosamente por recurso às remunerações registadas no sistema;
- Nos casos de enquadramento noutro sistema de proteção social, mediante comprovativo da remuneração mensal que deve acompanhar o requerimento.
- Na impossibilidade de obtenção dos elementos para determinação da remuneração do trabalhador, a instituição de Segurança Social notifica-o para, no prazo de 10 dias, prorrogáveis mediante pedido fundamentado do trabalhador, apresentar os documentos necessários à referida prova, sob pena de, não o fazendo, não lhe ser reconhecido o direito à isenção.





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

- B. Quando seja **simultaneamente pensionista de invalidez ou de velhice** de regimes de proteção social, nacionais ou estrangeiros, e a atividade profissional seja legalmente cumulável com as respetivas pensões.
- C. Quando seja **simultaneamente titular de pensão resultante da verificação de risco profissional** que sofra de incapacidade para o trabalho igual ou superior a 70%.
- D. Quando, **em janeiro do ano seguinte àquele a que corresponde**, se tenha verificado a obrigação do pagamento de contribuições durante o ano anterior nos termos do n.º 2 do artigo 163.º (*inexistência de rendimentos ou o valor das contribuições devidas por força do rendimento relevante apurado seja inferior a € 20,00*) e enquanto se mantiverem as condições que determinaram a sua aplicação.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ☐ ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

- O reconhecimento da isenção é **oficioso** sempre que as condições que a determinam sejam do conhecimento direto da instituição de Segurança Social competente, dependendo da apresentação de requerimento do interessado nos demais casos.
- A cessação das condições para a isenção constitui o trabalhador independente na obrigação de pagar as contribuições para o RTI a partir do mês seguinte ao da sua ocorrência.
- Ainda assim, **o TI pode fazer cessar voluntariamente a isenção** do pagamento de contribuições mediante comunicação à instituição de Segurança Social competente, podendo esta opção de cessação ser exercida na forma e nos momentos temporais previstos para a **declaração trimestral** de rendimentos, produzindo efeitos no mês do requerimento.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA (BIC)

DOS TIs que são TCOs

#### ✓ **Só entregam declaração trimestral**

para os trimestres em que perdem a isenção de contribuir

N.º 5  
do art.º 59.º  
do DR  
n.º 1-A/2011

#### ✓ Não se aplica o **direito de opção** de diminuir ou aumentar o rendimento [ OE 2019 ]



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ TIs que são TCOs



### Declaração Trimestral



- Encontra-se em situação de isenção contributiva porque tem atividade profissional por conta de outrem e o seu rendimento relevante médio mensal apurado é inferior a 4 vezes o IAS.
- Pode optar pelo pagamento da contribuição correspondente ao rendimento apurado na declaração.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Pretende contribuir?

☐ Sim (pretendo contribuir neste trimestre)

☒ Não (não pretendo contribuir)

Teste na  
declaração  
trimestral.  
NÃO ENTREGA!

Passo anterior

Entregar declaração



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ TIs que são TCOs

- Declare os rendimentos obtidos no trimestre.
- Serão apresentados os últimos rendimentos indicados para o trimestre em causa, caso existam.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Preencha os rendimentos obtidos

Prestação de serviços	outubro	novembro	dezembro
Prestação de serviços ⓘ	2.000,00 €	4.000,00 €	3.000,00 €
Rendimentos obtidos no estrangeiro ⓘ	€	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços de atividades hoteleiras e similares			
Vendas			
Subsídios à exploração			
Produção de energia para autoconsumo e contratos de arrendamento e de alojamento local			

Alt Total do trimestre: 9.000,00 €

CADOS

77



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ☐ TIs que são TCOs

- Verificou-se que tem atividade profissional por conta de outrem e o seu rendimento relevante médio mensal apurado é igual ou superior a 4 vezes o IAS.
- A sua contribuição vai incidir sobre o valor da diferença entre o rendimento relevante médio mensal apurado e 4 vezes o IAS.
- Pode optar por contribuir pelo valor correspondente à totalidade do seu rendimento apurado na declaração.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

#### Valor de contribuição mensal previsto ⓘ

Incidirá sobre o valor da diferença entre o seu rendimento relevante mensal apurado e 4 x IAS

76,39 €

Pretende contribuir sobre a totalidade?



**Sim** (pretendo contribuir pelo valor correspondente à totalidade do rendimento apurado na declaração: 449,4 €)



**Não** (pretendo contribuir pelo valor correspondente à diferença entre o rendimento relevante mensal apurado e 4 x IAS: 76,39 €)

[Passo anterior](#)



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ❑ TIs que são TCOs

## Declaração Trimestral

- Detalhes do cálculo do valor de contribuição mensal previsto.

### Total rendimentos declarados

Prestação de serviços: 9.000,00 €

TOTAL DO TRIMESTRE: 9.000,00 €

### Valores apurados

Rendimento relevante	Rendimento relevante remanescente	Base incidência contributiva mensal (BIC)	Taxa
6.300,00 €	1.070,88 €	356,96 €	21,4%

6.300 € – 5.229,12 €

»» 12 X IAS

Valor de contribuição mensal previsto ⓘ  
76,39 €



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)



### ❑ TIs que são TCOs

- Aqui pode consultar o valor de contribuição mensal previsto para os próximos 3 meses, apurado com base nos rendimentos declarados.
- Caso pretenda contribuir por um valor superior ou inferior, pode escolher a percentagem de variação a aplicar sobre o seu rendimento relevante apurado da declaração, para calcular o valor de contribuição mensal previsto neste trimestre.
- Para mais informações sobre os cálculos deste valor, deverá consultar os detalhes do cálculo e informações adicionais.
- As opções de preenchimento apresentadas têm por base as condições como trabalhador independente apuradas à presente data.

Valor de contribuição mensal previsto ⓘ

449,40 €

### Escolher percentagem de variação

Para contribuir por um valor superior ou inferior, escolha a percentagem de variação a aplicar sobre o seu rendimento declarado, sujeito aos limites mínimo (valor de rendimento correspondente à contribuição mensal de 20 €) e máximo (valor correspondente a 12 x IAS).

Variação a aplicar

0 %

-25 %

25 %

Se renunciar à isenção, pode escolher percentagem de variação.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA (BIC)

DOS TIs que são TCOs

- ✓ A BIC dos **TI's com rendimento RR médio apurado trimestralmente ou ANUALMENTE** [ OE 2019 ] **de montante igual ou superior a 4 vezes o valor do IAS (€ 1.743,04)**, que acumulem atividade com atividade profissional por conta de outrem, corresponde ao valor que ultrapasse aquele limite.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ TIs que são TCOs (em CO para IRS)



Assunto: Notificação da base de incidência contributiva

Segurança Social Direta - 2019-01-01 04:46

Informamos que a base de incidência contributiva que lhe vai ser aplicada, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019, corresponde ao duodécimo do lucro tributável, declarado para efeitos fiscais no ano civil imediatamente anterior, com o limite mínimo de 1,5 vezes o valor do IAS e máximo de 12 vezes o valor do IAS.

Assim, para cumprimento da obrigação contributiva, foram-lhe fixados os seguintes elementos:

- Lucro tributável: 30.217,89 euros;
- Base de incidência contributiva: 775,12 euros;
- Taxa contributiva: 21,40%;
- Contribuição prevista a pagar mensalmente: 165,88 euros.

$$30.217,89 \text{ €} / 12 = 2.518,16 \text{ €}$$

$$2.518,16 \text{ €} - 1.743,04 \text{ €} = 775,12 \text{ €}$$





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ TIs que são TCOs

- ❖ Não releva para efeitos de base de incidência contributiva o valor de rendimento relevante que determine uma contribuição de valor inferior ao que for fixado em despacho do membro do Governo responsável pela área da segurança social.

### ❖ **Despacho n.º 599/2019 de 11 de janeiro**

Para efeitos do disposto no artigo 59.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, o valor mínimo de contribuição mensal a considerar é de **5 €**

- Até 4,99 € de contribuição apurada, não paga!
- Mas entrega declaração? Até SS vir esclarecer o contrário, entendemos que sim.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ ISENÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

- NOTA: as remunerações registadas nas situações dos TI's com RR mensal médio apurado trimestralmente de montante igual ou superior a 4 vezes o valor do IAS, que acumulem atividade com atividade profissional por conta de outrem, **apenas relevam para determinação da remuneração de referência nas eventualidades de invalidez, velhice e morte.**





## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ INEXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

- Não existe obrigação contributiva do trabalhador independente quando:
  - ✓ Haja reconhecimento do direito à respetiva **isenção**;
  - ✓ Ocorra suspensão do exercício de atividade, devidamente justificada;
  - ✓ Se verifique período de comprovada incapacidade ou indisponibilidade para o trabalho por parentalidade, ainda que não haja direito à atribuição ou ao pagamento dos respetivos subsídios;
  - ✓ Se verifique situação de incapacidade temporária para o trabalho, independentemente de haver, ou não, direito ao subsídio de doença, iniciando-se a partir da verificação da incapacidade temporária, se a mesma conferir direito ao subsídio sem exigência do período de espera, e após este período, nas demais situações.



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ INEXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE CONTRIBUIR

- A obrigação contributiva cessa a partir do 1.º dia do mês seguinte àquele em que cesse a atividade, sem prejuízo do pagamento de contribuições que resulte de revisão anual.



### Cônjuges dos TIs



### ❑ BASE DE INCIDÊNCIA CONTRIBUTIVA DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES (BIC)

- ✓ Quanto à BIC dos cônjuges, enquadrados exclusivamente por força da sua qualidade de cônjuges de TI's, corresponde a **70%** do RR do TI, com os limites mínimos previstos no artigo 163.º.
- ✓ Os cônjuges dos TI's podem requerer, em opção, que lhes seja fixado um RR inferior até **20%** daquele que lhes foi aplicado, ou superior até ao limite do RR dos TI's.
- ✓ Esta opção deve ser exercida trimestralmente, na correspondente obrigação declarativa (**declaração trimestral**), e anualmente nas circunstâncias de enquadramento no regime de contabilidade organizada.
- ✓ No entanto, em caso de inexistência de RR apurado para o trabalhador independente nos últimos 12 meses, é considerado como RR do cônjuge ou unido de facto o valor de 1,5 IAS (**€ 653,64**).



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ NORMA TRANSITÓRIA

- Até ao início da produção de efeitos das alterações ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado em anexo à Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, previstas no presente decreto-lei, **mantém-se em aplicação a base de incidência contributiva fixada em outubro de 2017.**

(n.º 1 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 2/2018)

– Também se aplica às isenções em vigor ➤➤➤ FAQ 27



## RELAÇÃO JURÍDICA CONTRIBUTIVA (RTI)

### ❑ SITUAÇÕES ATÍPICAS

- **TI QUE INICIA ATIVIDADE EM REGIME FISCAL DE CO**
  - Dispensa de contribuir durante 12 meses
  - Artigo 57.º-D do DR n.º 1-A/2011
- **TI QUE FISCALMENTE É TRIBUTADO NO REGIME DE CO EM 2018 E EM 2019 OPTA PELO RS**
- **TI QUE EM 2018 É FISCALMENTE TRIBUTADO NO RS E EM 2019 OPTA PELA CO**

## "Trabalhadores Independentes: alteração ao regime contributivo em 2019"

### "TEXTOS e VÍDEOS SOBRE O NOVO REGIME DA SEGURANÇA SOCIAL DOS TIs"

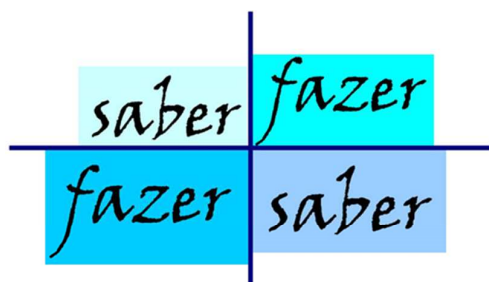
Compilação de todo o material que temos publicado sobre o tema

<https://www.facebook.com/paulomarques.saberfazer.fazersaber/posts/2175926625994054>

Canal no YouTube

[https://www.youtube.com/channel/UCRQC\\_A0lpUSILYeKFleBpw/featured?view\\_as=subscriber](https://www.youtube.com/channel/UCRQC_A0lpUSILYeKFleBpw/featured?view_as=subscriber)

*Paulo Marques | 2019.01.20*



# Paulo Marques

# saber fazer :: fazer saber

**Subscreva o canal no YouTube!**

**Siga-me nas redes sociais!**

**Participe numa das formações  
que vou lecionando.**



**SAPOBLOGS**